



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9361 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

## DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS BRASILEIROS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO PERÍODO DE 1997 A 2020

Raíssa de Oliveira Chappaz - USP- Universidade de São Paulo

Maria Helena de Aguiar Bravo - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE  
EDUCAÇÃO

Ocimar Munhoz Alavarse - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE  
SÃO PAULO - FEUSP

**RESUMO:** Neste texto teve-se por objetivo explorar como pesquisadores brasileiros têm definido e caracterizado a expressão “política de avaliação”. Com base na metodologia da análise de conteúdo apresentada por Bardin (1979), foram analisados 84 artigos que utilizavam a expressão “política de avaliação” e suas variações, e apresentavam discussões sobre políticas educacionais. Conclui-se que poucos autores definem claramente a expressão, sendo possível identificar, para aqueles que não o fazem, três tendências i) autores que utilizam tal expressão como sinônimo de sistemáticas de avaliação já existentes; ii) autores que entendem política de avaliação como iniciativas de avaliação mais amplas, incluindo diferentes objetos de avaliação e dados de contexto; e iii) autores que trazem diferentes políticas educacionais como componentes ou delimitadores do entendimento do que seria uma política de avaliação em curso.

**Palavras-chave:** Política de avaliação; Avaliação educacional; Políticas educacionais.

No cenário das políticas educacionais brasileiras, com suas ações, programas e dispositivos, o movimento de expansão das avaliações da aprendizagem externa e em larga escala se constituiu num elemento marcante, reforçando a crença na capacidade dessas avaliações de influenciar práticas e de subsidiar a gestão educacional, o que aparece evidenciado nos próprios objetivos e finalidades delimitados por essas iniciativas, como evidencia Alavarse et al. (2019).

Chama atenção, também, o diálogo que tais avaliações estabelecem com diversas políticas e programas que abrangem diferentes objetos e objetivos, desde ações mais centradas nas escolas àquelas que visam um redirecionamento de recursos financeiros e reformulação de ações. Essa perspectiva foi alimentada, entre outras razões, pelo crescimento do número de iniciativas de avaliação em larga escala nos diferentes entes federativos, articulando ou fomentando, nem sempre explicitamente, atividades como a produção de informações, a construção de bancos de dados e suas tecnologias, formação de professores, o currículo, a alocação de verbas, bonificação e carreira docente, envolvida, assim, de forma direta ou indireta em diferentes fluxos e ações.

Com base nesse contexto, foi realizado um estudo sobre a produção científica em periódicos acadêmicos brasileiros com o objetivo de explorar como os pesquisadores têm definido e caracterizado a expressão “política de avaliação”, buscando identificar elementos de sua estrutura central para assinalar as características que a definem ou compõem.

## **METODOLOGIA**

Para coletar, explorar e analisar os materiais referentes à produção acadêmica sobre “política de avaliação” adotou-se a metodologia da análise de conteúdo preconizada por Bardin (1979), que se caracteriza como um conjunto de técnicas de análise de comunicação que buscam resultados sistemáticos para a produção de inferências, tanto para estudos com foco qualitativo quanto quantitativo.

A coleta do material teve como recorte a Educação Básica, considerando artigos publicados no período de 1997 a 2020 em 59 revistas brasileiras da área de educação que possuem acervo online e estão classificadas como A1, A2, B1 e B2 (Periódicos Qualis 2013-2016). Para a busca dos artigos, adotou-se os descritores política/s de avaliação; política/s de avaliações; política/s de monitoramento; e política/s avaliativa/s, de forma exata, resultando em 356 trabalhos.

Nesse conjunto, estabelecido como critério para seleção os artigos que continham em seu corpo textual, e não apenas no título ou nas referências bibliográficas, os termos de busca delimitados, foram identificados 173 artigos. A partir da leitura de seus resumos para identificar, ainda que parcialmente, aqueles que abordavam conteúdos relacionados às políticas e à avaliação educacionais, chegou-se a um total de 84 artigos que compõem o material de análise da presente pesquisa.

Com base nos estudos de Basso (2017) e de Ferreira (2014), foram estabelecidas três dimensões de análise, a saber: i) geral/demográfica, referindo-se às características da publicação; ii) aspectos metodológicos, para caracterizar procedimentos utilizados no trabalho de pesquisa realizados nos artigos; e iii) aspectos teóricos, que se referem às características teórico-conceituais do campo da avaliação que envolvem os artigos analisados. Os trechos classificados em cada uma dessas dimensões foram analisados e triangulados com a literatura da área, de forma a relacionar os resultados deste levantamento com o conhecimento já acumulado.

## **ANÁLISE**

Observou-se que as nomenclaturas utilizadas para referenciar as sistemáticas de avaliações em larga escala não apresentam unicidade, como já apontado por Bauer (2012). Demarca-se que cada uma das expressões utilizadas – “avaliação externa”, avaliação de rendimento”, “avaliação da aprendizagem”, entre outros – destaca objetos, metodologias ou sujeitos avaliadores distintos, chamando atenção para diferentes dimensões das iniciativas de avaliação educacional. Além de complexificar os processos de coleta e análise dos textos, tal multiplicidade demonstra, ainda, que a compreensão do termo “avaliação” continua em disputa no campo.

A análise de conteúdo realizada permitiu identificar que, de forma geral, os artigos selecionados nesse levantamento bibliográfico apresentam como plano de fundo as discussões sobre modelos de Estado, considerando sua origem, estrutura, formas, finalidades

e evolução. São abordadas teorias que fundamentam o campo da avaliação educacional e sua aplicabilidade, como o neoliberalismo e sua influência na Reforma do Estado ao final da década de 1980 no Brasil; o surgimento (ou retomada) de ações políticas por parte do Estado com foco na avaliação de resultados e prestação de contas; a relação com as orientações e acordos firmados com organismos internacionais; e o aumento das ações políticas privatizantes dentro dos organismos estatais.

Ainda que a amplitude do material selecionado permita diferentes caminhos e formas de exploração dos dados, a análise aqui empreendida buscou compreender os núcleos de sentido dos trechos classificados na dimensão “aspectos teóricos”, mais especificamente os que possivelmente trariam uma definição da expressão “política de avaliação”. Os trechos foram agrupados nas seguintes categorias: i) definição explícita de política de avaliação; ii) definição explícita da relação entre avaliação e política educacional; iii) sem definição explícita, mas identificando as sistemáticas de avaliação como sinônimo de política de avaliação; e iv) sem definição explícita de política de avaliação, mas entendo-a a partir de processos compostos por diferentes atividades interrelacionadas que garantem um fluxo de produção de informações, de análise, de julgamento e de decisões que deem suporte, contínuo, à elaboração e execução de políticas, ou programas ou ações.

Autores como Esteban (2012), Pereira e Oliveira (2018) e Vianna (2003) são exemplos daqueles que trazem ensaios mais claros sobre a definição de “política de avaliação”, delimitando alguns objetivos e abrangências de tais políticas. Como, por exemplo, se encontra nas seguintes passagens:

A política de avaliação apresenta-se como meio para se alcançar melhor qualidade na educação brasileira, porém se fundamenta na redução de seu sentido e na simplificação nas análises sobre a produção dos resultados escolares. Ao simplificar processos complexos, retira da reflexão e do debate aspectos indispensáveis à ação escolar, aos processos de aprendizagem, aos projetos de ensino e aos posicionamentos dos sujeitos em relação a seus resultados globalmente considerados, não apenas sujeitos hierarquicamente posicionados segundo seus desempenhos. Simultaneamente, sua intenção de neutralidade e objetividade não se realiza, pois a técnica não é suficiente para eliminar a dimensão sociocultural do conhecimento, dos processos de sua socialização e validação ou mesmo das dinâmicas de aprendizagem. (ESTEBAN, 2012, p. 576)

É nesse contexto que as políticas de avaliação em larga escala ganham centralidade (BARRIGA, 2014). Concebidas inicialmente como instrumentos cuja finalidade seria o acompanhamento da evolução dos índices de qualidade da educação, as avaliações vão sofrendo modificações que as tornam instrumentos de aferição mais sofisticados (BONAMINO; SOUZA, 2012; ORTIGÃO; PEREIRA, 2016) e – o que é o foco desse texto – reordenando objetivos com a incorporação de mecanismos de responsabilização que intensificam o controle sobre o que é realizado na sala de aula (BROOKE, 2006). (PEREIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 540)

A definição de uma política de avaliação educacional demanda múltiplas considerações, não se restringindo, apenas, ao domínio do conhecimento e ao seu uso na prática. É preciso considerar que, a par do conhecimento para um futuro desempenho, outras dimensões (sociais, culturais e até mesmo éticas) devem ser necessariamente avaliadas e que o programa envolva aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo, se possível, interesses, atitudes e valores. (VIANNA, 2003, p. 27)

Tinha-se como pressuposto de que os textos selecionados pelo levantamento, ao abranger a expressão “política de avaliação”, apresentariam definições claras sobre essa temática, contudo, a análise evidenciou que a maior parte não apresenta definições diretas daquilo que intitulam como “política de avaliação”. Os textos apontam para sistemáticas já instituídas pelos governos, além de suas diretrizes ou finalidades, construindo um entendimento do que seria a “política de avaliação” sem, contudo, defini-la. Faz-se necessário ponderar que nenhum texto analisado discute a expressão “política de avaliação” como objeto de estudo.

No que se refere ao conjunto de textos onde não há definição explícita de política de avaliação, foi possível identificar três tendências nas abordagens realizadas: i) autores que utilizam tal expressão como sinônimo de sistemáticas de avaliação já existentes; ii) autores que entendem política de avaliação como iniciativas de avaliação mais amplas, incluindo diferentes objetos de avaliação (aprendizagem, intuições, docentes etc.) e dados de contexto; e iii) autores que trazem diferentes políticas educacionais como componentes ou delimitadores do entendimento do que seria uma política de avaliação em curso.

A **primeira tendência**, significativamente mais expressiva, abrange um grupo de artigos que compreende “política de avaliação” como iniciativas de avaliação em larga escala, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – e seu desdobramento na Prova Brasil entre 2005 e 2015 –, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outras iniciativas subnacionais ou internacionais, tal como o *Programme for International Student Assessment* (Pisa).

A **segunda tendência** expressa o entendimento da política de avaliação como iniciativas mais diversas, incluindo o que denominam de avaliação institucional (externa e interna/autoavaliação), com foco na aprendizagem ou em aspectos diversos da unidade educacional; avaliação de docentes; e sistemáticas mais amplas, incluindo nesse entendimento dados de contexto gerados pelas avaliações em larga escala.

A **terceira tendência** apresenta diferentes políticas educacionais como componentes ou delimitadores do entendimento do que seria uma política de avaliação em curso. Entre elas podemos citar os Planos Municipais de Educação; o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; o Plano Nacional de Educação (PNE); o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e o Plano de Ações Articuladas (PAR).

## CONSIDERAÇÕES

Pôde-se compreender que, no âmbito desse levantamento, “política de avaliação” é entendida como um elemento da política educacional que fomenta discussões e reformulações de outras políticas, com destaque às sistemáticas de avaliação da aprendizagem em larga escala. Freitas (2007, p. 982) destaca que “[e]spera-se do governo federal uma política de Estado para o ensino fundamental e para sua avaliação. Nesta ordem: primeiro a política educacional, depois a política de avaliação”.

Observa-se que os pressupostos de uma política de avaliação apontam para a existência de ações de monitoramento de outras políticas, com sistemáticas de medição e coleta de dados confiáveis e comparáveis (criação de indicadores, índices e metas), além de servirem para a (re)formulação de políticas públicas. Dessa forma, a depender da abrangência

e do uso da “política de avaliação”, esta pode extrapolar suas funções, se relacionando com políticas educacionais de outras ordens – como currículo, formação de professores, *accountability* educacional, entre outros – e ampliando seu papel para subsidiar a tomada de decisões.

## REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz et al. Avaliações externas estaduais no contexto do Saeb: problematizando objetivos e justificativas. In: XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2019, Curitiba. **Anais...**, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BASSO, Flávia V. **Uso dos resultados do Saeb/Prova Brasil na formulação de políticas educacionais estaduais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

BAUER, Adriana. Estudos sobre Sistemas de Avaliação Educacional no Brasil: um retrato em preto e branco. **Revista @mbienteeducação**, v. 5, p. 7-31, 2012.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 573-592, set./dez. 2012.

FERREIRA, Rodrigo R. **Avaliação de necessidades de aprendizagem no trabalho: proposição e exploração de um modelo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, especial, p. 965-987, out. 2007.

PEREIRA, Talita Vidal; OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 528-553, maio/ago. 2018.

VIANNA, Heraldo Marelím. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 23-38, jul./dez. 2003.